

JORNAL DA fisenge

Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros
Ano IV nº 27 – janeiro de 2009

FILIADA À
CUT *uni*
global union

O conflito histórico e a tímida reação da ONU

Em três semanas de conflitos um saldo assustador: mais de mil mortos e 5 mil feridos. Além disso, cidades arrasadas, famílias destruídas. Imagens que ficarão para sempre na mente de quem sobreviveu. Essa é uma pequena descrição do recente conflito entre Israel e palestinos. Conflito ainda carregado de fumaça e focos localizados de fogo que a qualquer momento podem virar de novo um grande incêndio.

Instituições internacionais, movimentos sociais e de trabalhadores de todo o mundo, inclusive do Brasil, manifestaram-se pelo fim do confronto. No entanto, a demora na ação da ONU e suas tímidas declarações contra os ataques foram sentidas de forma bastante acentuada. Aqui no Brasil, a CUT e o Comitê de Solidariedade à Luta do Povo Palestino vêm protagonizando recorrentes manifestações em vários estados.

A Fisenge posicionou-se inteiramente contrária aos ataques e solidária ao povo palestino. "É um absurdo que esta política de externínio continue sendo realizada por Israel. Como pode um país matar tantos civis e atacar instalações da ONU sem que pague por isso?", indagou o presidente Carlos Bittencourt.

Para o secretário de Relações Internacionais da CUT, João Felício, é preciso fortalecer a ONU. "Isto acontece porque esse e outros órgãos internacionais estão atrelados a grandes grupos econômicos", afirmou.

João Felício, em entrevista para o Jornal da Fisenge, posicionou-se firmemente contra os ataques. "Não somos contra o povo judeu, mas é impossível alguém não se rebelar diante das injustiças cometidas contra os palestinos", desabafou.

Ele também avaliou negativamente os países árabes. "Eles assistem de braços cruzados a tudo, embora sejam tão ricos. Nunca abraçaram, de fato, a causa palestina. Nem sequer ajuda humanitária enviaram", afirmou. A entrevista completa com João Felício você confere na página 4.



FSM 2009: Um novo mundo é possível

Estamos às vésperas de mais uma edição do Fórum Social Mundial. O evento, um marco no processo de organização das lutas sociais, será realizado em Belém, Pará, entre 27 de janeiro e 1º de fevereiro. A Fisenge realizará oficina no dia 30.

Página 2

Creas: prioridades das gestões

Janeiro é mês de posses e de alinhar estratégias políticas e definir prioridades. O Jornal da Fisenge ouviu sete presidentes para saber quais serão os passos nos próximos anos.

Página 3

Fisenge presente nas discussões da Executiva Nacional

Executiva Nacional da CUT se reúne e sugere importantes medidas ao governo Federal. A Fisenge foi representada pelo diretor executivo Raul Otávio. Página 2

EDITORIAL

Direitos e Avanços

A crise financeira que varre a economia internacional sacudiu de maneira decisiva o movimento sindical no Brasil e no mundo. A fatura já estava a caminho para que os trabalhadores pagassem a conta, mais uma vez, quando foram levantadas as primeiras bandeiras de luta contra o crescente número de demissões e as propostas de flexibilização assinadas pelos empresários, embrulhadas nas mais distintas roupagens.

A Central Única dos Trabalhadores lançou campanha de mobilização nacional alertando a nação brasileira: "Os trabalhadores e trabalhadoras não pagarão pela crise!" Em paralelo, buscou de todas as maneiras desmascarar e desmontar os argumentos que fazem parecer absolutamente inevitáveis os caminhos da redução da jornada com redução de salários e demissões ou férias coletivas para manter os atuais empregos e garantir novas oportunidades no mercado de trabalho.

Federações – a Fisenge não poderia estar ausente – e sindicatos se mobilizaram em uma vigília permanente para cobrar do Governo medidas concretas para garantir a estabilidade e reverter esse quadro dramático de flexibilização de direitos. O que os trabalhadores e o país exigem é a retomada da produtividade e do consumo, caminho que se traduz na geração de emprego e renda.

Medidas urgentes devem ser tomadas. Estão em pauta a ratificação da Convenção nº 158 da OIT, a redução constitucional da jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais sem redução dos salários e limitação das horas extras. Entre outras medidas, está a ampliação das políticas de geração de emprego no setor privado e no setor público, especialmente para os segmentos mais vulneráveis.

Esta mobilização nacional traz à tona a necessidade do movimento sindical resgatar ou fortalecer a organização junto às bases, trabalhando inclusive para a formação de novas lideranças sindicais. Refletir sobre as perspectivas e estratégias, unir esforços é papel decisivo que a Fisenge busca consolidar junto aos sindicatos a ela filiados e na relação com outros setores e categorias de forma a responder aos grandes desafios que se colocam hoje para o movimento sindical: enfrentar a crise com a força de um movimento nacional, garantir direitos já conquistados e avançar nas lutas.

A diretoria

CUT realiza reunião ampliada da Executiva Nacional

A Central Única dos Trabalhadores realizou no dia 19 de janeiro, em São Paulo, reunião ampliada de sua Executiva Nacional e decidiu lançar uma grande campanha para combater a crise, tendo sempre em mente a manutenção dos empregos sem redução de salários. Uma das justificativas é a de que os empresários tiveram lucros exorbitantes nos últimos anos, e, portanto, podem arcar com os efeitos da crise. De acordo com dados do Dieese, a produção industrial aumentou (em termos brutos) cerca de 19,5% no período de 2003 a 2008.

A CUT trabalha com as seguintes propostas de medidas para o governo: manutenção do reajuste previsto do salário mínimo, que terá como efeito a injeção de recursos na economia; possibilidade de redução da taxa Selic, já que cada 1% de redução na taxa corresponde a cerca de R\$ 15 bilhões anuais que podem ser investidos na produção e geração de empregos; criação de câmaras setoriais para análise do desempenho e situação de cada setor econômico, uma vez que pode ser observado que a crise atinge setores diferentes de forma diferente. Além disso, a instituição de reuniões periódicas do governo com as centrais sindicais.

ARQUIVO FISENGE



Raul Otávio destaca importância da Lei 11.888

O diretor executivo da Fisenge, Raul Otávio, participou da reunião. Em sua fala, ele destacou a oportunidade de se utilizar como instrumento de combate ao desemprego e à diminuição da atividade econômica a Lei 11.888, de 24 de dezembro de 2008. "Esta é a Lei da Engenharia Pública e pode sim criar empregos para toda a cadeia de profissionais envolvidos", afirmou.

Fisenge presente em mais uma edição do FSM

Em 9ª edição, o Fórum Social Mundial reunirá cerca de 50 mil pessoas de todo o mundo em Belém, capital do Pará, em torno de discussões sobre a agenda social e alternativas ao neoliberalismo.

A Fisenge promoverá a oficina "Privatização e Precarização das Relações de Trabalho – Alternativas Democráticas" no dia 30 de janeiro, às 8h30min, na Universidade Federal do Pará (UFPA), bloco HB, sala H6. Palestrantes: João Antônio Felício – Secretário de Relações Internacionais da CUT, Helmut Weiss –

Diretor da Labournet Germany e Márcio Monzane – Diretor Regional da Uni Americas. O presidente da Fisenge, Carlos Bittencourt, será o mediador.

Comunicação Sindical em foco

Também no dia 30, à tarde, o Núcleo Piratininga de Comunicação, que tem como diretores a jornalista Claudia Santiago e o escritor Vito Giannotti, oferecerá uma oficina sobre Comunicação Sindical. A Fisenge foi convidada para participar da oficina que terá como palestrante o presidente da entidade.

fórum social mundial 2009



um outro mundo é possível

world social forum

fisenge

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

DIRETORIA EXECUTIVA: Carlos Roberto Bittencourt - PR - **Presidente;** Vicente de Paulo Alves Lopes Trindade - MG - **Vice-Presidente;** Renato Andrade - BA - **Diretor Financeiro;** Clóvis Francisco Nascimento Filho - RJ - **Secretário Geral;** Fernando Elias Vieira Jogaib - VR - **Diretor de Relações Sindicais;** José Ezequiel Ramos - RO - **Diretor Executivo;** Eduardo Medeiros Piazero - SC - **Diretor Executivo;** Raul Otávio da Silva Pereira - MG - **Diretor Executivo;** Roberto Luiz de Carvalho Freire - PE - **Diretor Executivo**
Coordenadora de Comunicação: Tania Coelho; **Jornalista Responsável:** Silvana Sá MTE: 30.039/RJ
Diagramação: José Carlos Bezerra; **Tiragem:** 3.000 exemplares; **Impressão:** Gráfica Falcão
Fisenge: Av. Rio Branco, 277 - 17º andar - CEP 20040-009 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
 Tel: (21) 2533-0836 - Fax: (21) 2532-2775 - **E-mail:** fisenge@fisenge.org.br **Site:** www.fisenge.org.br

Em janeiro os CREAS receberam seus novos presidentes

Fisenge apoiou gestões comprometidas com a ética e a transparência

Em janeiro, o Sistema Confea/Crea recebeu seus presidentes eleitos. Em sete CREAs venceram candidaturas apoiadas pela Fisenge: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rondônia, Paraná, Bahia, Paraíba e Pernambuco. Muitas dessas entidades experimentam, depois de anos, gestões empenhadas em apresentar novos modelos de desenvolvimento para os Conselhos, pautadas, principalmente, na ética, no engajamento da engenharia nas pautas políticas e na transparência.

Paraná

Segundo o presidente do CREA-PR, Álvaro Cabrini, a entidade irá priorizar as agendas parlamentares do estado. Para os profissionais, o CREA-PR realizará programas de capacitação para inseri-los nas discussões sobre políticas públicas. Também está na pauta da entidade a preocupação com excelência em projetos e execução de obras. "Acredito que a área tecnológica vive um momento importante de expansão e é preciso que os profissionais estejam inseridos nas agendas políticas para que não se omitam no desenvolvimento da nação", afirmou Cabrini.

Bahia

Em segundo mandato, o presidente do CREA-BA, Jonas Dantas, afirma que dará continuidade ao modelo de gestão adotado no mandato anterior e que irá priorizar a participação da categoria em grandes processos decisórios. Para 2009, o CREA-BA criará o Colégio de Entidades Regionais. "Um de nossos principais objetivos é o compromisso de integrar o Sistema Confea/Crea ao profissional, universidade, entidades e comunidade, pois temos um papel fundamental na construção da cidadania", afirmou Dantas.

Pernambuco

O CREA-PE trabalha com duas grandes metas: a informatização da entidade, para que os profissionais e a sociedade tenham acesso facilitado aos serviços oferecidos, e a descentralização das atividades. A previsão é de que em 90 dias o CREA-PE inaugure um escritório no bairro de Boa Viagem, no Recife. Até o final do ano a entidade prevê a inauguração de escritórios também em Olinda e Jaboatão. "Os projetos de longo prazo são o plano de revitalização das entidades ligadas ao Sistema Confea/Crea e a efetiva comunicação com a sociedade", afirmou o assessor de Relações Institucionais, Eduardo Ramos.

Rondônia

Para o presidente do CREA-RO a valorização profissional e a extensão da cobertura de fiscalização das obras são os pontos fundamentais na nova gestão. "Todas as nossas metas são de médio e longo prazo. O grande desafio é a extensão da fiscalização, principalmente nas áreas rurais", afirmou João Francisco dos Anjos. De acordo com o presidente, caso o orçamento da entidade comporte, nos próximos anos o CREA-RO realizará curso para novos funcionários.

Paraíba

O CREA-PB prestará assessoria gratuita para populações de baixa renda. "Ofereceremos projetos completos de engenharia em parceria com as prefeituras de cada cidade, à luz da Lei da Engenharia Pública", afirmou o presidente da entidade, Paulo Laércio. Para os profissionais, o CREA-PB prevê projetos de educação continuada em parceria com sindicatos. A entidade também dá os primeiros passos para a criação do CREA Jovem e já destina 8% da arrecadação líquida às entida-

des de classe. "Este é mais um esforço de fortalecimento das entidades. O Senge-PB é um dos beneficiados", afirmou. Até 2010 o CREA-PB construirá uma nova inspetoria para a cidade de Campina Grande e adjacências.

Rio de Janeiro

A principal meta de Agostinho Guerreiro, presidente do CREA-RJ, é trabalhar com democracia e transparência, para que os profissionais e toda a sociedade possam acompanhar as ações da entidade. O CREA-RJ pretende intensificar fiscalizações e atuar na defesa da categoria. "Uma questão fundamental é o cumprimento da Lei do Salário Mínimo Profissional e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), que, ao mesmo tempo é um dever e também um direito do profissional", afirmou. A entidade trabalhará com investimentos e capacitação de seus funcionários e pretende ser modelo de atuação junto ao poder público.

Espírito Santo

O CREA-ES trabalha com três grandes metas: Consolidação das relações institucionais; Sustentabilidade econômica e financeira; e Desenvolvimento econômico, social e ambiental. Cada uma delas prevê um conjunto de ações, como valorização profissional, construção de sede própria, ampliação dos serviços oferecidos, capacitação de seus colaboradores. A entidade também possui projetos de mobilidade urbana, acessibilidade, desenvolvimento sustentável e das atividades agrônomicas. "Cerca de 80% das propriedades no Espírito Santo são de pequenos agricultores. É necessário que o CREA-ES esteja atento a essa realidade para potencializar a economia da região", afirmou o presidente da entidade, Luís Fiorotti.

Engenharia Pública a favor da cidadania

Lei foi sancionada pelo presidente Lula em dezembro

A Engenharia está mais próxima do seu ideal de promover a cidadania. Com a Lei 11.888, de 24 de dezembro de 2008, foi aprovado um antigo projeto para dar assistência técnica especializada e gratuita de engenheiros e arquitetos a famílias com renda de até três salários mínimos. Milhares de famílias serão beneficiadas em todo o Brasil.

"Esse projeto veio preencher uma lacuna na legislação brasileira porque

as famílias de baixa renda não tinham acesso a projetos profissionais", explica o engenheiro Clovis Nascimento, diretor-geral da Fisenge.

Com a Lei, o governo garante a essas populações assessoria técnica que permitirá a redução de construções de risco, que atualmente colocam a vida de milhares de pessoas em perigo. A Lei, na opinião de Nascimento, também beneficia a criação de novos

postos de trabalho. "Serão os governos estaduais e municipais que arcarão com os custos dos profissionais, o que garante a abertura de novas vagas", afirmou.

Para debater este tema, o engenheiro participará no dia 31 de janeiro de oficina promovida pela Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), a partir das 8h30, no Fórum Social Mundial.

ENTREVISTA JOÃO FELÍCIO

Entidades internacionais devem ser fortalecidas

João Felício faz breve análise dos conflitos no Oriente Médio, se posiciona com relação ao Estado de Israel e indica possíveis saídas para obtenção de uma paz duradoura na região. O sindicalista, membro da Executiva Nacional da CUT, também avalia a posição da ONU diante dos conflitos internacionais. Tudo isso você confere na entrevista abaixo:

Jornal da Fisenge - Qual a origem do conflito na Faixa de Gaza?

João Felício - O erro foi ter constituído a nação de Israel sem que se constituísse a nação palestina. Essa é a origem do conflito. Os palestinos têm o direito de ter seu próprio território e por isso a CUT sempre teve enorme simpatia pela causa. Repudiamos a posição da mídia burguesa de culpar esse ou aquele grupo pela ausência de paz, já que o problema é histórico. Acontece que não é interessante que se busque a verdadeira origem do problema.

Fisenge - Existem outras razões para o agravamento do conflito?

João - Sim, a indústria armamentista dos Estados Unidos. O país faz história forjando motivos para criar conflitos e com isso revigora a sua indústria bélica. São interesses puramente econômicos. Essa é uma maneira muito perversa de impor hegemonia. O outro motivo é a situação do Estado de Israel. Eles precisavam criar um fato político para receber apoio interno, pois o partido político - de extrema direita - que está no poder andava mal nas pesquisas e provavelmente não venceria as eleições desse ano. Então era preciso ganhar apoio popular. Acharam o inimigo e ganharam força com isso.

Fisenge - A quem podemos atribuir a demora da ONU em assumir uma postura mais firme com relação aos ataques à Gaza?

João - Neste, e em outros conflitos, a ONU demora muito a agir devido à sua submissão aos grandes grupos internacionais. Na avaliação da CUT é preciso que haja uma reformulação dos organismos internacionais, inclusive da ONU, que acaba se submetendo aos grandes grupos norte-americanos de ultra-direita. Por essa razão, é sempre muito difícil estabelecer uma agenda de paz no mundo. Atualmente esses organismos estão falidos.

Fisenge - Que atitudes a ONU poderia, de fato, tomar com relação ao estado de Israel para impedir o massacre que vem acontecendo ou punir os responsáveis?

João - O que o exército de Israel fez na Faixa de Gaza é terrorismo de Estado! É prática de assassinato em massa. A CUT não acusa os judeus de serem nazistas. É importante que isso fique claro, mas o exército de Israel realizou práticas nazistas, sim! E isso deve ser repudiado pelo mundo todo. Crimes contra a humanidade precisam ser punidos e acreditamos que a ONU possa fazer isso. A Organização precisa agir nessa direção para que não venhamos a presenciar atrocidades como essas. Poderia, inclusive, partir da ONU a resolução de constituição do território palestino.

"O erro foi ter constituído a nação de Israel sem que se constituísse a nação palestina"

João - Isso não acontece pela forte influência de grupos judeus na política norte-americana.

Fisenge - Qual seria o caminho para a paz no Oriente Médio?

João - É preciso constituir um espaço para o povo palestino. Não podemos aceitar que um grupo tenha direito de morar lá e outro não tenha. Israel, aos poucos, vai tirando o

território deles. Estamos analisando a origem dos fatos. Não podemos ser a favor nem de bombas e nem de foguetes, embora tenhamos que reconhecer que havia uma discrepância imensa entre os ataques de ambos os lados.

Fisenge - De que forma os demais países poderiam contribuir para que isso venha a se concretizar?

João - Tomar decisão conjunta na ONU e fazer com que todos os países cumpram as determinações, principalmente Israel e Estados Unidos. Existem ferramentas políticas para isso, o que falta é vontade política. Se os países ricos como Estados Unidos, Japão, Inglaterra, França quiserem uma paz duradoura na região eles certamente vão conseguir. Mas, para isso, é necessário fortalecer os organismos internacionais. A pressão dos movimentos sociais e de trabalhadores no mundo é muito importante para forçarem seus países a assumirem posições, mas sem o fortalecimento desses organismos, dificilmente teremos paz duradoura naquela região ou em qualquer outro lugar do mundo.

Fisenge - E por que isso não acontece?

"É preciso um espaço para o povo palestino. Não podemos aceitar que um grupo tenha direito de morar lá e outro não tenha"

DINO SANTOS / CUT

